

 Cristiana Marinho Maymone¹

¹ Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Programa Mudança Social e Participação Política. São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência
Cristiana Marinho Maymone
crismaymone@usp.br

Segurança alimentar e nutricional na Tekoa Pyau, aldeia guarani do município de São Paulo

Food and nutritional security in Tekoa Pyau, a Guarani village in the municipality of São Paulo

Resumo

Introdução. Os Guarani da Tekoa Pyau, aldeia localizada no município de São Paulo, estão confinados em uma pequena área ameaçada por disputas territoriais e com intensa urbanização no entorno. Esses fatores dificultam as atividades tradicionais e permitem afluxo crescente de pessoas e mercadorias da cidade, fazendo com que a vida na aldeia não prescindia de produtos industrializados, afetando questões políticas, ambientais, econômicas, espirituais, sociais e de saúde. As compreensões sociocosmológicas que orientam saberes e práticas relacionadas à alimentação no contexto podem ser potentes ferramentas de promoção de alianças entre sistemas próprios de alimentação e a política nacional. **Objetiva.** Debater Segurança Alimentar e Nutricional com interface das políticas públicas na aldeia e realizar proposições para sua efetividade. **Método.** A etnografia foi escolhida para compreender um mundo em que as práticas alimentares só podem ser apreendidas em seus significados locais. **Resultados:** Os Guarani categorizam os alimentos em “mortos” (os que foram comprados nos mercados e enfraquecem os corpos) e “vivos” (os extraídos da natureza que os fortalecem). Entre os “vivos” existe o *avaxi etei* (milho verdadeiro), dádiva de Nhanderu (‘Nosso Pai’, divindade) e base da alimentação tradicional; entre os “mortos”, estão os ultraprocessados. **Conclusão:** Ao analisar os dados, pondera-se mau uso de gerência pública com distribuição inadequada de fórmulas infantis, invisibilidade política e alimentação escolar sem afinidade com a alimentação tradicional. Para construir políticas públicas, é importante considerar o vínculo entre a alimentação e a cosmologia e compreender as práticas de saúde dos Guarani.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Etnografia. Povo Guarani.

Abstract

Introduction: The Guarani people from the indigenous village of Tekoa Pyau, in the municipality of São Paulo, are confined to a small area imperiled by territorial disputes and surrounded by intense urbanization. These circumstances hinder their traditional practices and favor an increasing circulation of people and industrialized goods, diminishing their autonomy in relation to such goods, thus impacting political, environmental, economic, spiritual, social and health-related aspects of the community. The sociocosmological knowledge that informs their culture and practices around food could be powerful tools for fostering alliances between traditional food systems and government policies. **Objective:** Discuss Food and Nutritional Security in relation to existing public policies for the village and elaborate proposals for their effectiveness. **Method:** Ethnography was chosen to understand a world in which food practices can only be apprehended within their local meaning. **Results:** The Guarani categorize foods as “dead foods” (purchased in supermarkets and that weaken their bodies, including ultra-processed foods) and “living

foods" (extracted from nature directly, which strengthens them). Among the "living foods" they yield *avaxi etei* ('real corn'), a gift from Nhanderu ('Our Father' deity) and basic ingredient of their traditional foods. **Conclusion:** In the data analysis, public mismanagement of resources with inappropriate distribution of infant formulas, political invisibility and school meal programs with no relation to the traditional food are examined. In order to build appropriate public policies, it is important to consider the link between traditional foods and the cosmology, and to understand the healthcare practices of the Guarani.

Keywords: Food and Nutritional Security. Ethnography. Guarani people..

INTRODUÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pressupõe “o direito do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...] que respeitem a diversidade cultural”.¹ Com definição ampla, permite variadas interpretações conforme visões de mundo. As políticas que envolvem SAN preveem o reconhecimento e o respeito aos modos próprios com que cada povo concebe cultura. Porém, povos de culturas não hegemônicas acabam tendo que se adequar a uma série de procedimentos burocráticos e institucionais que contrastam com seus conhecimentos e costumes, limitando a efetivação de políticas que dialogam com suas compreensões e as singularidades locais. Devido a isto, os Guarani recusam o controle da burocracia e se organizam para não se submeterem a condicionantes.²

Esses povos sempre tiveram sistemas próprios e eficazes de saúde, curas e alimentação,³ e lidar com esse conhecimento é essencial para profissionais da área da saúde que atuam com esses grupos sociais específicos.

Os Guarani Mbya estão presentes em um vasto território brasileiro, possuindo aldeias nos estados de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro e toda a Região Sul, além de algumas famílias que migraram para outros estados. Também estão presentes na Argentina e no Paraguai.⁴ Apesar do seu território descontínuo, cortado por grandes fazendas e rodovias, as aldeias formam redes que mantêm conexões entre as famílias.⁵

Tratar sobre alimentação Guarani é tratar sobre relações cosmológicas. Os Guarani estão na “*Yvy vai*” (terra ruim) e idealmente buscam a “*Yvy marã e ÿ*” (terra sem males).^a Alimentar e alegrar podem ser um caminho para alcançá-la, por meio de uma transformação corporal. Na *Yvy vai*, enfrenta-se muita adversidade e é um lugar onde se entristece e se adocece.⁶ O confinamento territorial é um grande problema e dificulta a relação com os alimentos considerados dádivas das divindades, como o milho (*avaxi etei*, milho verdadeiro, que possui diversas variedades, mas são cultivadas a partir de seus preceitos) e outros cultivos, a caça, os rituais e seus hábitos tradicionais. Assim, o *nhe'ẽ* (alma-palavra, condição de existência e princípio de divindade contido na humanidade mbya²) se entristece e pode querer sair do corpo, provocando a morte do Guarani.

Esta problemática, aliada à proximidade do mercado urbano, impulsionou hábitos alimentares como o consumo elevado de ultraprocessados (formulações alimentares que, com frequência, possuem poucos alimentos *in natura* e alta presença de açúcares, sal, óleos, gorduras, estabilizantes e aditivos com função de ocultar atributos sensoriais indesejáveis ou simular atributos⁷), desfavorecendo a alimentação tradicional.

Em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) relatou⁸ a situação urgente de insegurança alimentar em que estão os indígenas do Brasil. Um dos principais desafios apontados é a criação e o fortalecimento de políticas que apontem para o etnodesenvolvimento, visando modificar indicadores relacionados ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis e anemia associados à má alimentação.⁹

É de suma importância apontar questões contextuais sobre as categorias sociocosmológicas guarani que orientam saberes e fazeres relacionados à alimentação, a fim de compreender a visão local das convergências e divergências com as políticas. Estudos como este, específico em aldeia de situação urbana, merecem atenção por suas peculiaridades e tensionamentos sócio-políticos. É sabido da dificuldade de um mapeamento eficaz pelo poder público brasileiro para compreender o impacto das políticas no modo de vida imposto às populações indígenas.

Este texto tem o objetivo de debater as políticas de SAN em áreas indígenas, em especial na Tekoa Pyau, aldeia guarani localizada na capital de São Paulo, em uma perspectiva etnográfica, buscando se aproximar das práticas e concepções dos Guarani. Não há a intenção de dar conta de toda complexidade e sofisticação do universo de relações e significados vinculados às práticas alimentares.

^a Ver mais em Macedo, 2017; Ladeira, 2001.

MÉTODO

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa etnográfica entre os anos de 2015 e 2017,¹⁰ com foco nas práticas alimentares dos Guarani Mbya na Tekoa Pyau, aldeia em situação urbana da capital de São Paulo, próxima ao Parque Estadual do Jaraguá, à margem da Estrada Turística do Jaraguá e da Rodovia dos Bandeirantes.

Trabalho de campo

A aldeia pertence à Terra Indígena (TI) Jaraguá, que conta com outras cinco aldeias em situação fundiária declarada. Atualmente, apenas 1,7 hectare de toda TI está homologada, correspondente a Tekoa Ytu, aldeia separada da Tekoa Pyau por uma avenida, sendo a menor do mundo pelo menos até a elaboração deste texto.

Em 2015, o então cacique informou que na Tekoa Pyau havia cerca de 500 moradores em 140 casas. Porém, devido ao intenso trânsito de pessoas de aldeias de diferentes localidades,⁵ torna-se difícil calcular com exatidão o número total de habitantes.

Os Guarani costumam se organizar em famílias que vivem na mesma casa ou em conjunto de casas próximas. Essas famílias podem ser de duas pessoas ou até incluir várias gerações, e estão sempre se reconfigurando em razão de casamentos, separações e mobilidade.⁵ As famílias Guarani formam uma rede de parentesco.¹¹

De acordo com o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI¹² entre os anos 1960 e 1970, na região só havia a Tekoa Ytu. Parte da atual Tekoa Pyau era plantio do qual os viventes da primeira aldeia retiravam sapé, eucalipto, bambu e bananas. Esse relatório indica que, na primeira metade da década de 90, um xamã fundou a Tekoa Pyau com sua companheira e filhos após ter um sonho com Nhanderu ('Nosso Pai', divindade), que indicou o local para se mudar. Os plantios que havia nesta área foram dando espaço para moradias de famílias que chegavam ao local, tornando a área de plantio escassa. A aldeia possui um espaço geográfico restrito com alta densidade demográfica que excede muito o padrão das aldeias guarani mbya,¹³ limitando o espaço para plantio.

O saneamento básico é precário com falta de água constante. O processo de urbanização e consequente avanço de casas e estabelecimentos comerciais de *juruá* (não indígena) nos arredores tem se intensificado muito nos últimos anos. Ademais, a TI é área de especulação imobiliária e turística e os Guarani sofrem constantes ameaças de desapropriação da terra por supostos proprietários de títulos (alguns com cargos políticos) e pelo governo estadual, que administra o Parque do Jaraguá, a Unidade de Conservação (UC) sobreposta à TI, onde se encontra a mata nativa, importante para a reprodução cultural do povo.

A UC possui função pedagógica e é onde os mais velhos ensinam às crianças sobre reconhecimento e colheita de materiais de interesse Guarani.¹² Durante a pesquisa, foi relatado que qualquer ação praticada pelos indígenas no parque necessitaria de autorização prévia do gestor do local (*juruá*). Os Guarani almejam a gestão compartilhada da UC para que realizem projetos visando a conservação da mata e produção de espécies vegetais de forte significado para eles.

A aldeia possui o CECI (Centro Educacional da Cultura Indígena, equivalente ao ensino infantil dentro da política municipal de educação) e a Tekoa Ytu possui uma escola estadual e uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Essas instituições servem toda TI. Alguns Guarani relatam que o fácil acesso a esses serviços é motivo para não saírem da aldeia, apesar de desejarem passar um tempo prolongado em aldeias mais distantes do centro da cidade.

Produção e análise de dados

A pesquisa utilizou o método etnográfico para a compreensão de um universo cultural singular, articulando seus vários aspectos e buscando não fragmentá-lo. Ademais, esta abordagem promove uma "descrição densa" dos

fenômenos estudados dentro de seus contextos, assimilando seus significados.¹⁴ Neste artigo, serão destacados alguns aspectos presenciados na pesquisa que não dão conta de fazer uma abordagem detalhada, mas trazem à cena questões importantes.

Uma das técnicas utilizadas na pesquisa foi o diário de campo,¹⁵ com registro de acontecimentos, conversas, narrativas e falas de pessoas de diferentes idades, trajetórias e posições sociais da aldeia. Houve participação no cotidiano da aldeia, nos preparos de comidas, nos momentos de alimentação, em diferentes contextos, nas relações familiares e de amigos, na vida social e religiosa, dando atenção aos objetos, símbolos e comportamentos e com reflexões e emoções pessoais vividas. Os registros foram lidos e relidos durante a pesquisa para novas assimilações e percepção de lacunas.

Por mais que a pesquisadora de campo não tenha passado um tempo contínuo na aldeia, como em trabalhos clássicos da etnografia, antes do início da pesquisa, já havia vínculo com os moradores e aproximação com estudo da língua guarani, proveniente de um trabalho no local em um programa do Centro de Trabalho Indigenista por mais de um ano. Somado o período de trabalho com o estudo, houve convívio de cerca de três anos. Na Tekoa Pyau, houve a oportunidade de participar de quatro rituais de consagração de elementos sagrados sendo dois do mate, um da água e outro das frutas.^b Com o *xeramõi* (a tradução é “meu avô”, mas é usada para os mais velhos detentores de sabedoria e espiritualidade) desta aldeia, acompanhamos em rituais que realizou na Tekoa Ytu, sendo três rituais da água e três do mate (sendo batizada no primeiro ritual do mate que participou). Também caminhamos junto aos Guarani na área de demarcação da TI registrando pontos de interesse para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental; acompanhamos em compras de alimentos e de outros itens de interesse como mudas e ferramentas; participamos de reuniões políticas dentro e fora da aldeia, além de mutirões de plantio; acompanhamos em intercâmbios dos Guarani em outras TIs.

Outra técnica utilizada foram as entrevistas semiestruturadas com prévia leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido. As entrevistas versaram sobre o modo de viver e pensar dos Guarani Mbya, além de produzir descrição e reflexão sobre a alimentação tradicional na conjuntura atual, a partir dos conhecimentos e significados específicos. Foram realizadas entrevistas com pessoas de famílias diferentes, variando em idade e gênero, com respeito ao jeito da fala, pausas, velocidade, os momentos de falar e os de silenciar de cada entrevistado. Nos momentos em que o uso da língua guarani foi necessário, a principal interlocutora realizou a tradução.

Com as anotações e ordenações de todo material recolhido no período da pesquisa, o processo de interpretação acompanhado da leitura bibliográfica se iniciou em conjunto com o trabalho da escrita da dissertação que deu origem a este artigo. As leituras selecionadas sobre a etnologia Guarani para o diálogo com o material etnográfico foram alguns textos clássicos e contemporâneos, tendo como critério o tema da alimentação. Assim, a descrição densa¹⁴ seguiu os objetivos estabelecidos, atentando para os significados locais implicados na prática que expressam a experiência etnográfica.

O tempo e o espaço dos moradores da aldeia foram respeitados, com conversas e pedidos de permissões constantes para efetivar o trabalho de campo dentro da ética guarani, compreendendo os limites que eles determinavam em qualquer atuação em campo.

O trabalho de campo contou com autorização da FUNAI para entrada em terras indígenas e do então cacique da aldeia. O estudo foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (parecer nº 2.083.986).

^b Ver mais, Maymone, 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Práticas de alimentação e comensalidade entre os Guarani Mbya Na Tekoa Pyau

O atual cenário da alimentação nessa aldeia é marcado pela presença intensa da comida *jurua*, e isso faz com que os Guarani sofram das moléstias dos não indígenas. A comida *jurua* que provoca doença *jurua* também provoca a doença guarani (“doença espiritual”, como falavam), pois o *nheẽ* se entristece,¹⁶ o que pode provocar a saída do corpo que habitam e assim, provocar a morte.

Dessa forma, há duas formas de desequilíbrio envolvendo a ingestão de alimento. Uma delas é quando o Guarani Mbya tem o *tembiu etei* (nosso alimento verdadeiro) e não tem apetite. Esse tem provável causa espiritual, e o *nheẽ* não está se adaptando ao corpo. A ausência da fome é um sinal de tristeza do *nheẽ*, bem como de “saúde” debilitada. O outro desequilíbrio é quando se tem apetite e não se tem a comida, o que também torna o corpo mais vulnerável aos adoecimentos *jurua* e Guarani.¹⁷

Os Guarani Mbya compreendem alimentação adequada como aquela que fortalece o corpo e a alma. Assim, categorizam entre alimento “vivo” aquele retirado da natureza com permissão do seu *ija* (os protetores, donos, espíritos de domínio). Há a manutenção e administração de relações de respeito e troca com os *ija* para obter, transformar e dar continuidade aos alimentos vivos. Essas relações dos alimentos vivos com os donos circulam pela aldeia.

A maioria dos alimentos a que eles têm acesso atualmente é o que chamam de “morto”, ou seja, alimentos que negam as relações com as divindades, que fazem parte de relação mercantil e enfraquecem seus corpos. São alimentos que estão em embalagens. Esses não oferecem saúde e enfraquecem os corpos.

A situação de insegurança alimentar está relacionada com a vulnerabilidade social, e para os Guarani se reflete na vulnerabilidade com a relação entre os *ija* e o *nheẽ*. Os Guarani ficam vulneráveis à transformação dos corpos por não conseguirem desenvolver o *aguyje* (estado de perfeita maturação adequado ao modo de viver Mbya).¹⁸ Alimentar-se, para os Guarani Mbya, é estar em relação com esses seres que operam por intermédio da fumaça do *petygua* (espécie de cachimbo com fumo de corda), rituais de consagração, cantos e danças às divindades.^c

Um exemplo é o milho tradicional, milho dádiva, o *avaxi etei* (milho verdadeiro), alimento central na cultura Guarani que fortalece seus corpos. Na Tekoa Ytu, os Guarani ainda persistem com o plantio dessa variedade em pequena escala, mesmo com as dificuldades de adquirir o milho, o espaço restrito e a má qualidade do terreno. Por outro lado, há o milho-mercadoria, base para os ultraprocessados, formulações muito consumidas na aldeia. Se para a primeira variedade o que interessa são as manutenções das relações, para a segunda, interessam o acúmulo e a geração de riqueza.

Os Guarani Mbya não plantam para ganhar dinheiro, mas para ter saúde física e espiritual.¹⁷ Um dos interlocutores diz que um dos ensinamentos dos mais velhos de sua família é que se deve plantar poucos grãos por vez, e a colheita também deve ser feita pouca por vez, para não acometer doenças nas pessoas de toda aldeia. Se eles comerem um item alimentar, seja da caça ou da coleta em demasia, isso gera um desequilíbrio e o *ija* deste alimento pode se enfurecer e restringir o acesso a esse item, o que faz referência à extinção.¹⁹

A área da aldeia não possui condições de praticar caça e pesca, para isto utilizam o parque Jaraguá, onde há itens de interesse cultural para essas práticas. Assim, além da mediação com os *ija kuery*, hoje se faz necessário o diálogo com o gestor do parque Jaraguá.

Poucas famílias realizam plantio além do cultivo na área coletiva no CECI, e ele não é suficiente para a subsistência. Foi observada alguma existência de *avaxi etei*, além de abóbora, amendoim e feijão. Porém, cada vez

^c Ver mais em Macedo, 2017; Pierri, 2013.

mais, as famílias estão conseguindo recursos com a sociedade civil, organizada ou não, para realizar plantio. Plantar em área tão restrita é, além de uma manifestação cultural e uma forma de impedir o desaparecimento de suas sementes, um movimento de resistência frente ao avanço das monoculturas e interferências químicas na produção de alimentos.

Uma interlocutora ressalta que enquanto os Guarani usam o fumo sagrado na agricultura para o alimento proporcionar saúde para o corpo/alma, o *jurua* põe produtos químicos para a planta crescer rápido sem respeitar seu ciclo de vida. É inconcebível para os Guarani que produtos sintéticos podem ser mais benéficos que a fumaça proveniente do fumo do *xeramõi*. Outra comparação suscitada: enquanto o *tembiu etei* necessita de benzimento, fumaça sagrada, buscar lenha e acender fogueira, o alimento *jurua* só necessita abrir uma embalagem e colocar na panela. Para os Guarani Mbya, o tempo do alimento e os de consagrações são imprescindíveis para alimentar o corpo/alma.

Com a deficiência de produzir seu próprio alimento, os Guarani Mbya consomem os de mais fácil acesso, os do mundo *jurua*. Porém, realizam reflexões a respeito dessas transformações compreendendo as relações cosmológicas que são enfraquecidas ao comer a comida dos *jurua*, pois comer essa comida pode fazer mal, mas comer como eles, sem as mediações sagradas para os Guarani e se relacionando com o alimento como mercadoria, é bem mais perigoso.

Alimentação nas escolas

A distribuição de fórmulas infantis pelo CECI sem prescrição nem orientação profissional foi um fato de atenção durante a pesquisa. Há uma informação no quadro de avisos da UBS que pode ser entendida como um estímulo ao consumo: "Temos leite Nestogeno2 a partir dos 6 meses/ escritório do CECI". Segundo a nutricionista da Diretoria Regional de Ensino à época da pesquisa, houve um caso em outra TI da cidade de São Paulo em que foi solicitada a fórmula; sendo assim, dentro do protocolo todos os CECIs teriam que receber de maneira proporcional para ser distribuída. A Guarani responsável à época pela distribuição na Tekoa Pyau informou que existia uma lista de todas as crianças da aldeia de zero a dois anos, e todo início de mês as mães buscavam uma lata da fórmula. Em uma reunião com as mulheres sobre aleitamento materno, elas relataram que sabiam que o alimento ideal é o leite materno, mas que, já que recebiam a lata pelo CECI, elas ofereciam aos seus filhos. A fórmula infantil durava menos de uma semana e a próxima só seria recebida um mês depois. Foi observada a preparação da fórmula mais diluída do que o recomendado na lata e às vezes engrossada com formulação infantil ultraprocessada com base de cereal que contém açúcar, o que não é recomendado para crianças nessa faixa etária.

Durante a pesquisa, não foi identificada nenhuma criança com prescrição para Nestogeno2. No entanto, havia duas crianças com necessidade de Aptamil e outra de NAN1, fórmulas para idades e situações de saúde divergentes da recebida. Essa distribuição de fórmula infantil é um mau uso do dinheiro público, um problema de política e de gestão, além de ser prejudicial para as crianças que desde então já experimentam o adoecimento de seus corpos.

Essa distribuição pareceu mais próxima de uma estratégia comercial, na qual apenas uma lata por mês era dada como amostra para qualquer mãe, mesmo sem necessidade explícita.²⁰ Essa atitude pode ter consequências danosas, ao reduzir o aleitamento materno, o que para os Guarani pode ser ainda mais preocupante, pois dar de mamar (-*mokambu*) e mamar bem (-*kambu porã*) é um momento crucial de "alegrar-se", o que é fundamental para os Guarani terem "saúde";²¹ principalmente no momento em que o *nheẽ* está se acostumando com o corpo.

Além do mais, as crianças que necessitavam de outras fórmulas precisavam buscar recursos assistenciais ou comprar o produto. É necessário um cuidado mais próximo da nutricionista responsável pela ação ou um acordo

com profissionais de saúde da UBS da TI, visando a uma distribuição direcionada às crianças que precisam e no tipo e quantidade necessária.

Nas duas instituições de ensino da TI, há parte da gestão local que se empenha na compra de alimentos *in natura*, mas ainda há abundância de alimentos *jurua* e que operam com técnicas de preparo *jurua*.

Dentro da categoria da ciência da nutrição,⁷ no CECI se encontrou maior quantidade de alimentos *in natura* e minimamente processados; já na Escola Estadual, houve maior quantidade de alimentos ultraprocessados e processados, categorias cujo consumo deve ser evitado. Dentre os ultraprocessados, havia uso diário de temperos prontos na escola estadual e pelo menos uma vez por semana eram servidos *frappé* e *nuggets*. Nas duas instituições, havia bolachas e achocolatados diariamente. Uma merendeira indígena relatou que o *frappé* não era bem aceito pelas crianças. Mesmo assim, era orientada pela responsável técnica da alimentação escolar a oferecer até acabar o estoque para avaliar as próximas demandas, mas o produto sempre era encaminhado para a aldeia.

Alguns alimentos processados, recebidos na escola estadual, principalmente feijão e carne enlatados e pasteurizados, apesar de não terem conservantes, não eram bem vistos pelos Guarani. Em uma reunião organizada pela Comissão Pró-Índio sobre a alimentação escolar com gestores e lideranças indígenas do estado de São Paulo, uma representante Guarani relatou que não reconhecia como alimento o conteúdo da lata, mas como veneno. A nutricionista responsável pelo setor detalhou como era o processo de pasteurização, mas a resposta da liderança foi que esse alimento estava morto e, sendo assim, era veneno.

Os Guarani reivindicam maior quantidade de alimentos *in natura* nas escolas e se esforçam para realizar plantio e preparo tradicional dos alimentos como parte das atividades pedagógicas que dialogam com o mundo Guarani.

Outro ponto importante é que muitas pessoas da aldeia dependem da alimentação da escola, e não deixar ninguém passar fome na aldeia faz parte da ética guarani que reverbera na “alegria”/“saúde”. Sendo assim, entre eles, não há proibição de se alimentar na escola mesmo se não estiver matriculado.

A parcela da gestão local consegue estabelecer flexibilidade de ações mantendo a relação dos Guarani Mbya com o alimento de acordo com a economia própria, com parte de alimentos vivos, sem produção de excedentes e sem deixar alguém da aldeia sem comer.

Políticas de san na tekoa pyau

É de grande importância a PNAN¹ ter incorporado o respeito às culturas. No entanto, as políticas públicas de Alimentação e Nutrição necessitam de mais esforços para compreender esse conceito como os povos tradicionais e indígenas, além das singularidades locais. É viável o estabelecimento de alianças e ações conjuntas, desde que se entenda, em cada caso, a que o termo “cultura” está fazendo referência, como uma dentre possíveis perspectivas e suas relações com a saúde de cada povo.

Para os Guarani, “alimentação” e “nutrição” são indissociáveis do *nhandereko* (‘nosso modo de viver’, ‘nossa cultura’) e, assim, a alimentação dialoga com um universo de relações com as divindades e com os presentes em sua aldeia.

Uma das premissas que se torna um entrave na implementação da SAN em terras indígenas é o acesso regular ao alimento, ou “ter comida no dia seguinte”. Por mais que a preocupação de ter comida no outro dia faça sentido para a cultura ocidental, ela está aliada à ideia de acúmulo, que não faz sentido para os Guarani. Para estes, quando há relações positivas com as divindades, quando tem terra e se planta de acordo com o *nhandereko*, haverá alimento vivo. Nessa questão, a alimentação da escola estadual, além de possuir alta proporção de alimentos

mortos, também se relaciona com a ideia de acúmulo, possuindo um abundante estoque para vários dias de refeições.

As populações indígenas são diretamente afetadas por Insegurança Alimentar e Nutricional em decorrência de obstáculos históricos e novos que impedem a demarcação de terras,⁸ a qual garante o local para viver e para desenvolver as atividades próprias relativas à alimentação de acordo com a vida de cada povo, além de preencher o sentido de existência. Na conjuntura de terras tão restritas, o *tembiu etei* não pode ser plantado de acordo com o *nhandereko*, havendo quebra na relação com as divindades, o que resulta em um grande problema para os Guarani. Alimentar-se com o que os deuses enviam contribui para que o corpo vá se aproximando deles e possa se proteger das doenças e evitar o definhamento.

Nesta direção, a Política Nacional de SAN,²² que objetiva assegurar o direito humano à alimentação adequada e promover a SAN em todo território nacional por meio de ações intersetoriais, se constitui uma potente ferramenta, pois prevê a regularização fundiária de terras indígenas.

A garantia do acesso às sementes tradicionais também é essencial para a SAN. A rede de apoio pode ser potencializada a partir de políticas públicas intersetoriais e com participação de agentes Guarani locais. Atualmente, os Guarani da Tekoa Pyau plantam em pequenos espaços, a fim de reproduzir suas sementes. Sempre que eles conseguem suas sementes tradicionais, conservam e plantam de acordo com o *nhandereko*, e mesmo que não seja suficiente para se alimentar, há pretensão de que a planta, e conseqüentemente o *ija*, sempre exista entre eles na Tekoa Pyau e que o horizonte não se perca.

O Conselho de Alimentação Escolar, um segmento de promoção de SAN a partir da participação social, possui um representante escolhido pela TI. Na esfera municipal, foi perceptível durante a pesquisa que houve atenção para a participação efetiva da liderança indígena pela TI e pela gestão do município. Esta é uma experiência positiva na construção de uma política participativa. Não houve relatos de atividades do conselho estadual.

Outro setor que opera com participação social é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). No site deste Conselho, há inúmeros documentos e relatórios de conferências contendo o posicionamento a favor dos direitos dos povos indígenas, com incorporação nas políticas públicas de SAN e propostas para a concretização do etnodesenvolvimento.

Em 2014, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN) se organizou para inscrições da sociedade civil para o novo conselho. Não houve muito interesse por parte dos Guarani, sobretudo por questão de deslocamento (as reuniões eram no centro da cidade), além de não haver datas fixas com a orientação de telefonar para responsáveis confirmando no dia se haveria a reunião.

Sendo assim, para a efetivação da participação, o indígena precisa incorporar as linguagens e organização do mundo ocidental. É necessário que os programas de alimentação e nutrição continuem incorporando os diferentes entendimentos de cultura e formas de organização, além da valorização do lugar de fala desses povos.

Cestas básicas,^d mesmo que com itens escolhidos em diálogo com os Guarani, e alimentações nas instituições poderiam resolver o problema nutricional, mas não resolvem as relações cosmológicas envolvidas no alimento.

O incentivo ao plantio por meio de políticas públicas é imprescindível. Além de fortalecer o *nhandereko*, as populações tradicionais contribuem para diversidade agrícola com a valorização e conservação de seus diversos cultivares: “Essa diversidade é elemento central da segurança alimentar do mundo”.²³

^d Houve relatos sobre entregas de cestas básicas emergenciais. Para mais, ver Maymone, 2017.

Desta forma, com base nas discussões sobre as políticas de SAN e a experiência obtida no campo específico da Tekoa Pyau, apresentam-se algumas proposições para a efetividade da SAN:

- A demarcação de terras deve ser prioridade política, pois é necessidade vital para que os povos indígenas possam se reproduzir física e culturalmente.²⁴
- Dar atenção ao saneamento básico. As terras devem dar condições de caminhar nos matos, plantar, possuir água limpa com peixes. Assim, promoverão alimentação e saúde dos corpos e alma em concordância com o *nhandereko* e fortalecendo as relações com os seres visíveis e invisíveis.
- A alimentação adequada deve ser de acordo com a cultura de cada povo,¹ então os contextos particulares devem ser abordados por políticas e equipes capacitadas nos locais sem homogeneizar os diversos povos indígenas e/ou em todas as situações. Investimento em ações participativas e intersetoriais com a garantia de decidir os rumos das políticas com cada povo seria uma possível maneira de apreender as diversas visões que estes dariam para SAN.
- O acesso às sementes tradicionais, bem como as práticas de cultivo, deve ser fortalecido por meio de possibilidades políticas.
- A alimentação diferenciada nas escolas deve operar com maior parcela de gestão local, visando a uma alimentação mais próxima à tradição mbya.
- As Chamadas Públicas para compras institucionais de alimentos podem ser realizadas com diálogo com os indígenas, à semelhança de como acontece na TI Rio Branco, localizada em Itanhaém, município de São Paulo, que vende seu milho Guarani, plantado a partir de seus preceitos, para a alimentação escolar da TI.²⁵
- O esforço que os Guarani realizam para o plantio nas escolas pode estar alinhado com o marco de referência da Educação Alimentar e Nutricional²⁶ e, assim, ser apoiado e fortalecido pelo poder público.
- O patrimônio sociocultural desses povos deve ser valorizado e autogerido. Ou seja, a construção de projetos defendidos por um povo de acordo com seus valores e aspirações, considerando suas experiências e recursos culturais.²⁷ A maioria dos Guarani Mbya que conhecemos em São Paulo demandam autonomia política, produtiva, territorial e o reconhecimento da identidade cultural.

A situação de insegurança alimentar demanda uma complexidade de ações que dialogam com o contexto local (indivíduo) e o global (coletivo), sem sobrepor importâncias e colocando o indígena como ator do processo. As dimensões simbólicas intrínsecas ao consumo alimentar devem ser conhecidas nas ações e estratégias de SAN, as quais devem ser construídas de modo participativo. E, mesmo com esses esforços, ainda que seja possível para os indígenas se aproximarem de uma situação de segurança alimentar, a almejada soberania,^e pautada pela luta dos movimentos do campo, não será alcançada, pois seria necessária uma transformação da macroestrutura econômica e política da sociedade.

CONCLUSÃO

Este artigo tratou de uma aldeia indígena que possui complexidades internas e com a sociedade envolvente. Portanto, refletir sobre ela também é um trabalho complexo.

^e Embora as diferenças entre segurança e soberania alimentar não tenham sido abordadas neste trabalho, a soberania dialoga com a luta pela autodeterminação dos povos indígenas. Para mais, ver Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, Via Campesina, 2001.

As relações cosmológicas que fazem pensar “nutrição” junto aos Guarani Mbya podem se tornar um conceito problemático quando se passa da chamada cultura ocidental para a Guarani. Para a área da Nutrição, é muito importante pensar no vínculo entre a alimentação e a cosmologia, porque faz compreender as práticas de saúde dos Guarani de maneira geral e contribui para a promoção das políticas públicas que atendam a uma prática de saúde diferenciada.

Destaca-se que este estudo reitera as políticas voltadas para as populações indígenas, cada vez mais vulnerabilizadas por terem seus direitos esmagados pelas leis que favorecem interesses do agronegócio e de grandes produtores rurais.

Quando as relações com as divindades são rompidas e os Guarani passam a ter que consumir os alimentos que não dialogam com o *nhandereko*, há um grande problema da manutenção da vida e das relações que a sustentam. A continuidade do alimento e da vida guarani é mantida por essas relações, as quais só existem se ao menos houver a terra.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo auxílio financeiro, e às orientadoras do mestrado, o qual originou este artigo

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Política nacional de alimentação e nutrição. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: MS; 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
2. Macedo V. O mundéu do mundo: predação e troca nas relações com os brancos. In: Gallois DT, Macedo M, organizators. Nas redes Guarani: saberes, traduções e transformações. São Paulo: Hedra; 2017. p. 189-210.
3. Comissão pró-Índio. A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 2013.
4. Ladeira MIM. Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso. [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2001.
5. Pissolato E. Mobilidade, multilocalidade, organização social e cosmologia: a experiência de grupos Mbya-Guarani no sudeste brasileiro. TEL. 2014;(6):65-78. <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i6.79>.
6. Ramo y Affonso AM. O que nos levanta sobre a terra: alegria e saudade fazendo parentesco. In Gallois DT, Macedo M, organizators. Nas redes Guarani. Saberes, traduções e transformações. São Paulo: Hedra; 2017.
7. Monteiro CA, Ricardo CZ, Calixto G, Machado P, Martins C, Steele, EM, et al. NOVA. The star shines bright. World nutrition. 2016;7(1-3):28-38.
8. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional – Relatório 2014. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; 2014. Disponível em: <http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>.

9. Athila AR, Leite MS. "A medida da fome": as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. *Cad Saude Publica*. 2020;36(10). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208019>.
10. Maymone CMM. Tradição como transformação: práticas e conhecimentos sobre alimentação entre os Guarani na Tekoa Pyau (São Paulo/SP) [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2017. doi: 10.11606/D.6.2018.tde-23102017-174441.
11. Silva FON. Do Tekoa Pyau à nova aldeia: sujeitos em movimento na produção do espaço local [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2015.
12. Brasil. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Jaraguá. Brasília: FUNAI; 2010.
13. Cardoso AM, Mattos IE, Koifman, RJ. Prevalência de fatores de risco para doença cardiovasculares na população Guarani-Mbya do Estado do Rio de Janeiro. *Cad Saude Publica*. 2001;17(2):345-352. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000200009>
14. Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC; 2008.
15. Malinowski B. Argonautas do pacífico ocidental. São Paulo: Abril Cultural; 1976.
16. Tempass MC. "Quanto mais doce melhor": um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbya-Guarani [tese]. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2010.
17. Ramo y Affonso AM. organizator. Guata Porã: belo caminhar. São Paulo: CTI; 2015.
18. Pierri D. O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento Guarani Mbya [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2013.
19. Bellinger C, Andrade LMM de. Alimentação nas escolas indígenas: desafios para incorporar práticas e saberes. São Paulo: Comissão Pró-Índio; 2016.
20. Rea MF. Substitutos do leite materno: passado e presente. *Rev Saude Publica*. 1990;24(3):241-249. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101990000300011>
21. Pissolato EP. Parentesco e emoções: algumas conexões no *alegrar-se*. In Gallois DT, Macedo M, organizators. Nas redes Guarani. Saberes, traduções e transformações. São Paulo: Hedra; 2018.
22. Brasil. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 e regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [SISAN] com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Diário Oficial da União*. 2010 Aug 26; (seção 1): p.6.

23. Cunha MC. Políticas culturais e povos indígenas. In Cunha MC, Cesarino PN. organizators. Políticas culturais e povos indígenas. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2014. p. 9-21.
24. Felipim AP. O sistema agrícola Guarani Mbya e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP [dissertação]. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz” da Universidade de São Paulo; 2001.
25. Fundação Nacional do Índio. Milho Guarani compõe cardápio alimentar das escolas indígenas de Itanhaém – SP [acesso em 09 fev 2017]. Disponível em < <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4079-milho-guarani-compoe-cardapio-alimentar-das-escolas-indigenas-de-itanhaem-sp> >.
26. Brasil. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: MDS; 2012. p. 68.
27. Nascimento, IS. Segurança alimentar e etnodesenvolvimento na Terra Indígena Panambizinho [dissertação]. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília; 2013

Recebido: 02 de agosto de 2022

Aceito: 25 de março de 2023